



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

RESOLUÇÃO Nº 9 , DE 5 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a oferta em período extemporâneo (período especial) em caráter temporário e excepcional de Atividades Acadêmicas de forma não presencial nos cursos de graduação da UFVJM, em razão da Situação de Emergência em Saúde decorrente da pandemia da COVID-19

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no uso de suas atribuições previstas no Art. 15 do Estatuto da UFVJM , tendo em vista o que deliberou em sua **145ª reunião, sendo a 29ª em caráter extraordinário** e CONSIDERANDO:

A Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, pela Organização Mundial de Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

A Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência de infecção humana pelo novo coronavírus;

As particularidades regionais das cidades de Diamantina, Teófilo Otoni, Janaúba e Unai, quanto a suas realidades regionais (social, econômica e sanitária);

O despacho 50/2020, de 15 de março de 2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), que determina a suspensão de aulas e outras atividades curriculares presenciais dos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM;

A Medida Provisória nº 934, de 1 de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

A Nota Técnica do GT COVID-19 11/2020, de 17 de junho de 2020, do Ministério Público do Trabalho;

O Parecer do CNE/CP nº 5/2020, de 1º de junho de 2020, que trata da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

A Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020;

A Portaria Nº 572, de 1º de julho de 2020, que institui o Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências;

O Parecer do CNE/CP nº 9/2020, de 9 de julho de 2020, que constitui um reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;

A Resolução CEE Nº 475, de 14 de julho de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas e/ou atividades práticas de estágio obrigatório presenciais por aulas e/ou atividades remotas, enquanto durar a situação de pandemia do CoviD-19, e dá outras providências.

RESOLVE:

QUANTO ÀS DEFINIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Autorizar, a critério dos colegiados de cursos, a oferta de Atividades Acadêmicas não presenciais que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, validados pelos colegiados, nos cursos de graduação da UFVJM, em período extemporâneo ao semestre letivo, em caráter temporário e excepcional, enquanto durar a Situação de Emergência em Saúde Pública devido à pandemia da COVID-19 e persistirem restrições sanitárias para presença dos estudantes no ambiente escolar.

§1º Poderão ser ofertadas de forma remota: Unidades Curriculares; Seminários; Atividades Complementares e de Extensão; Estágios Supervisionados; assim como, a orientação e realização de defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso; Seminários de Pesquisa; Cursos de Atualização entre outras Atividades Acadêmicas a serem definidas por cada colegiado de curso de graduação da UFVJM, com anuência do docente responsável pela atividade.

§2º Não será necessária a realização de ajustes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) para a realização e posterior cômputo e validação das atividades acadêmicas oferecidas remotamente previstas nesta Resolução, com exceção do que trata o §4º.

§3º No que se refere às práticas profissionais de estágios ou às práticas que exijam laboratórios especializados, a aplicação da oferta de que trata o caput deve obedecer às Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, ficando vedada a substituição daqueles cursos que não estejam disciplinados pelo CNE.

§4º A oferta de práticas profissionais ou de práticas que exijam laboratórios especializados, de que trata o §3º, deve constar de planos de trabalhos específicos de que tratam esta Resolução, aprovados e apensados ao projeto pedagógico do curso, no âmbito institucional, pelos colegiados de cursos. Uma vez aprovados pelo colegiado de curso, os planos de trabalho deverão ser enviados para a DAP/PROGRAD, que os enviará para o CONSEPE para sua homologação.

§5º Especificamente, para o curso de Medicina, fica autorizada a oferta de que trata o caput apenas às disciplinas teórico-cognitivas do primeiro ao quarto ano do curso e ao internato, conforme disciplinado pelo CNE.

§6º Fica assegurado aos discentes dos cursos de graduação da UFVJM, que a carga horária das atividades acadêmicas realizadas de forma não presencial poderá ser computada em seu histórico, para efeito de integralização, conforme a matriz curricular do respectivo curso.

§7º Não serão penalizados os cursos ou docentes que não ofertarem atividades remotas no período especial.

§8º A continuidade de disciplinas já iniciadas dos cursos que funcionam em Regime de Alternância deverá considerar tanto a efetivação da carga horária de atividades teórico-práticas, quanto a integralização dos tempos-espacos formativos (TU e TC), cabendo ao Colegiado do Curso apresentar à PROGRAD um plano de continuidade das atividades pedagógicas de 2020/01, em conformidade com as particularidades do PPC do Curso.

§9º As Atividades Acadêmicas amparadas por esta Resolução serão ofertadas de forma não presencial inclusive para os estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios.

§10º No caso de impossibilidade de realização de estágios na forma não presencial, haverá normatização específica da PROGRAD e suporte da comissão de estágio à oferta indicada pelos colegiados dos cursos.

DOS PROCEDIMENTOS PARA O ENSINO NÃO PRESENCIAL

Art. 2º As atividades pedagógicas não presenciais, ofertadas de forma síncrona e/ou assíncrona, poderão incluir: videoaulas; seminários online e conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem (AVA), tais como Moodle e Google G Suite; orientação de leituras; projetos; pesquisas; atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos, entre outros, por determinação do docente responsável pela atividade e com anuência do colegiado do Curso. Poderão ser utilizados ainda: redes sociais, correio eletrônico e blogs.

§1º Fica vedado a terceiros, que não os próprios autores ou sob autorização dos mesmos, o uso dos materiais elaborados para a oferta de atividades acadêmicas no Período Extemporâneo ou qualquer data posterior ao mesmo.

§2º A UFVJM assegurará assessoria jurídica à plena garantia de direitos autorais, de imagem e de som das atividades acadêmicas.

§3º As atividades acadêmicas síncronas autorizadas pelo colegiado do curso deverão ocorrer, prioritariamente, no mesmo turno previsto no PPC, de acordo com o horário previamente aprovado pelo Colegiado.

§4º As atividades sincrônicas poderão ser gravadas, se expressamente autorizadas pelo docente, em situações excepcionais de dificuldades de acesso pelo estudante.

QUANTO À OFERTA DE UNIDADES CURRICULARES

Art. 3º Os colegiados dos cursos de graduação da UFVJM definirão se irão oferecer Unidades Curriculares não presenciais.

§1º No caso da oferta de Unidades Curriculares, os colegiados definirão quais Unidades Curriculares serão ofertadas de forma não presencial, em conjunto com os docentes responsáveis, em período extemporâneo (período especial) ao semestre letivo.

§2º O colegiado do Curso deverá definir um número máximo de discentes e docentes por turma, assim como um número máximo de créditos para matrícula, respeitados os pré-requisitos existentes .

§3º Excepcionalmente, para as Unidades Curriculares com carga horária teórica e prática, a parte prática da carga horária poderá ser ofertada, a critério do colegiado do curso, após o retorno das atividades presenciais. As turmas serão mantidas abertas até que possam ser realizadas as atividades. A oferta dessas unidades curriculares será regulamentada no âmbito da PROGRAD.

Art. 4º Os Planos Especiais de Estudos das Unidades Curriculares ofertadas de forma não presencial deverão ser elaborados, contendo, além do objetivo, ementa e bibliografia básica e complementar, o conteúdo programático, metodologia e ferramentas digitais utilizadas, assim como o cômputo da carga horária, observando-se a compatibilidade entre as atividades pedagógicas ofertadas, o número de horas correspondentes e os critérios de avaliação.

§1º O plano especial de estudos deverá ser inserido pelo docente responsável pela Unidade Curricular e pelo coordenador do curso no Sistema e-Campus.

§2º Excepcionalmente, o cancelamento de matrícula em unidade curricular ofertada em período extemporâneo poderá acontecer até o encerramento da respectiva UC.

§3º O pedido do cancelamento deverá ser realizado pelo estudante à DRCA para o lançamento da informação no sistema e-campus.

§4º A frequência dos estudantes deverá ser computada observando-se o cumprimento das atividades pedagógicas propostas e/ou acesso ao meio digital utilizado, a critério do docente responsável.

§5º Em caso de estudante com deficiência (PcD) matriculado em unidade curricular, cabe ao docente, com apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NACI e Apoio Pedagógico da PROGRAD, adaptar as estratégias didáticas e avaliativas utilizadas de modo a garantir a inclusão.

§6º Será criado um Instrumento de Avaliação de Ensino específico para o período do calendário suplementar.

DA ACESSIBILIDADE

Art. 5º Para oferta de Atividades Acadêmicas por meio digital, a PROGRAD, juntamente com a Diretoria de Educação Aberta e à Distância, oferecerá capacitação aos docentes e discentes para as plataformas digitais de Ensino Remoto: Moodle, Conferência Web RNP, Google G Suite.

Art. 6º É responsabilidade da UFVJM a disponibilização de recursos aos estudantes (empréstimo de computadores, acesso à Internet e biblioteca digital) anterior ao início das unidades curriculares, que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas, bem como a realização de avaliações tratadas nesta Resolução.

Art. 7º A UFVJM oferecerá apoio técnico permanente, apoio pedagógico e psicológico.

DAS DEFINIÇÕES FINAIS

Art. 8º As atividades previstas na presente Resolução estarão regulamentadas em calendário próprio e não vinculado, elaborado pela PROGRAD e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão- CONSEPE.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela PROGRAD.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

MARCUS HENRIQUE CANUTO

ANEXO I

CALENDÁRIO

Data/período	Atividade/procedimento
Agosto de 2020	Período para o início de desenvolvimento dos cursos de capacitação para os docentes* e discentes em plataformas digitais
15/08/2020	Data limite para a comissão permanente de estágio enviar a normatização para a realização de estágio remoto e presencial durante a pandemia
19/08/2020	Data limite para o envio da lista de unidades curriculares para os discentes, aprovada pelos Colegiados dos cursos e homologada pelas Congregações
24/08/2020	Data limite para abertura de turmas no e-Campus pela Coordenação de curso
26/08/2020	Data limite para o cadastro dos Planos de Ensino, pelos docentes, no e-Campus
28/08/2020	Data limite para o Colegiado aprovar os Planos de Ensino e a Coordenação de curso lançar no e-Campus
31/08/2020 a 04/09/2020	Período de matrícula pelo discente no e-Campus
08/09/2020 a 14/09/2020	Período de ajuste de matrícula
08/09/2020	Proposta de início das aulas remotas
11/12/2020	Término das aulas remotas (80 dias letivos)
14/12/2020 a 18/12/2020	Período para aplicação do Exame Final
07/01/2021	Data limite para fechamento de turmas e entrega das Folhas de Aproveitamento

*Os docentes que estiverem de férias até 10/08 participarão da capacitação a partir dessa data.

* TCC, estágios e AACC poderão ser iniciados a qualquer momento, a critério do colegiado de curso, com anuência do docente responsável.

* Os cursos que possuem calendário diferenciado, como a LEC e a Medicina, poderão propor à PROGRAD calendário específico de oferta das atividades remotas, considerando-se o disposto nesta Resolução.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Henrique Canuto, Servidor**, em 06/08/2020, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



D29CB430.